

NOTA EDITORIAL

A disseminação do conhecimento e da cultura procedente da *Domus Vigilum Scientiarum*

I. A ciência e a cultura constituem áreas fundamentais para o desenvolvimento humano e social. Enquanto a ciência procura explicar o mundo que nos rodeia e, por essa via, encontrar soluções para as controvérsias sociais, a cultura possibilita a compreensão e a expressão da nossa identidade e diversidade cultural, em toda a sua profusa complexidade e extensão.

A divulgação da ciência e da cultura é tida como fundamental para a sociedade, visto possibilitar o acesso universal ao conhecimento produzido pelos cientistas, estudiosos e artistas, animando o diálogo entre a comunidade científica e a sociedade, enquanto um todo.

A vulgarização do conhecimento permite a melhor compreensão e o acesso público ao saber, em particular aos avanços científicos e tecnológicos, bem como à história e às diversas manifestações culturais que confeccionam a nossa sociedade. Esta urdidura viabiliza a tomada de decisões informadas e a participação ativa nos debates em torno dessas temáticas, contribuindo para a formação de uma sociedade reflexiva. Por meio de uma educação de qualidade, é possível conceber o pensamento crítico e, assim, estimular o interesse pela ciência e pela cultura, incentivando, conseqüentemente, o desenvolvimento humano e social. A participação da população em atividades científicas e culturais é, comumente, magnificada pela sua divulgação pública. A promoção de eventos, feiras, exposições e seminários, por exemplo, atraem a atenção da sociedade, despertando o interesse do público pela ciência e pela cultura.

A segurança pública, por sua vez, é uma questão elementar para a estabilidade de qualquer país, máxime para a democracia, para as liberdades civis e para o regular funcionamento das suas instituições. A partir do momento em que as pessoas se sentem seguras no contexto social em que estão inseridas e com o qual interagem quotidianamente, elas tendem a viver ordenadamente, segundo o contrato social vigorante, dedicando-se às infundáveis atividades que contribuem para o progresso social, cultural, económico e político.

Encerrando um desafio pervicaz e dinâmico, a segurança em democracia exige, em especial das forças de segurança, uma permanente preparação, atualização e modernização com vista a arrostar as mais diversas contestações sócio criminais, com adequação, legitimidade, proporcionalidade e proficiência.

A Polícia de Segurança Pública (PSP), enquanto força de segurança integral e de extensão nacional, com comprometimento pelos grandes centros urbanos e de maior implantação demográfica desde o século XIX, tem dedicado, ao longo das últimas quatro décadas, um sentido acrescentado aos trabalhos reflexivos e às questões de investigação, desenvolvimento e inovação, em particular no concernente às ciências policiais e aos estudos de segurança.

Através do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), um estabelecimento sem-par de ensino superior público universitário policial, acreditado e plenamente assimilado no sistema universitário e científico nacional, a Polícia Portuguesa, como também designaremos a PSP doravante, vem desenvolvendo, há quase duas décadas, inúmeros estudos, ensaios, pesquisas, projetos e investigações de âmbito científico em torno do tópico da seguridade, constituindo um espólio bibliográfico de referência nacional e internacional.

Alicerçado no desenrolamento das ciências policiais e na exploração seletiva das áreas do conhecimento a elas conexas, o Centro de Investigação (ICPOL – Police Research Center N.º 4915) do ISCPSI tem, de forma sistematizada, comprovada e reconhecida pela agência pública nacional para a ciência, tecnologia e inovação (Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. – FCT), contribuído para a análise e identificação de tendências securitárias, padrões de comportamento flagicioso e prismas inovadores para o prosseguimento efetivo da atividade policial à luz de um arquétipo de respeito pelos direitos humanos e garantia dos princípios democráticos, ombreado a vanguarda do pensamento científico europeu e mundial.

A vocação democrata da PSP, patenteada no enfoque nas ciências policiais, tem permitido dissecar, analisar e compreender os intrincados fenómenos que estão na génese das problemáticas de segurança que afetam as nossas comunidades e a crescente interpenetração das dimensões aquém e além-fronteiras. Com fundamento nesse conhecimento holístico, a PSP tem contribuído para conceber e aprimorar estratégias de prevenção que privilegiam o melhor enfreamento dos desafios da modernidade líquida (Bauman, 2007).

Para além disso, a reflexão e o esquadramento rigoroso possibilitam avaliar, a todo o tempo, a eficácia das políticas públicas de segurança delineadas pela governação e, por conseguinte, das estratégias empregues pelos organismos encarregues da sua prossecução no ecossistema social. Concomitantemente, esta possibilidade de prestação de contas ao destinatário final – os cidadãos – permite calibrar as políticas e estratégias públicas, de modo ajustá-las aos anseios pontuais da população e, por essa via, angariar a sua aceitação, fidúcia e acolhimento generalizado (Tankebe, 2013).

Por outro ângulo, a transmissão e a elucidação pública da visão e identidade da polícia, bem como das perspetivas evolucionárias de policiamento, arrogam uma importância fundamental.

A sociedade e os seus legítimos constituintes devem estar cientes do que está a ser feito e compreender a razão que subjaz à sua implementação, quer ao nível da investigação científica que suporta uma determinada política de segurança, quer ao nível das estratégias operacionalizadas na sua prossecução. Para atingir esse desiderato, impõe-se, como se viu anteriormente, a disseminação do conhecimento produzido e dos resultados atingidos no campo da fenomenologia da segurança pública, nacional e externa, fomentando o acesso livre e universal a essa informação, vital para a perceção da importância do trabalho policial e para a obtenção do apoio do conjunto dos cidadãos na implementação de políticas que visem a prevenção do crime e, simultaneamente, a aplicação da lei e da ordem (Le Coadic, 2004; Tankebe, 2013).

A Polícia Portuguesa, em razão da natureza da sua atividade securitária e do quadro normativo decorrente, ao imiscuir-se nos interstícios da sociedade, arbitrando a loquacidade implícita e as suas interações multidimensionais, carece de fazer-se entender junto dos interlocutores finais da sua atuação. Mais do que impor segurança, é necessário explicar, densificar e, sempre que solicitado, clarificar o serviço público prestado pela polícia junto da sociedade. É imperativo pegar nos conceitos intangíveis de segurança e de prevenção e traduzi-los em algo que o cidadão compreenda e reconheça (Gonçalves, 2012 e 2023).

Essa perceção deve, idealmente, ser assimilada pela *Vox Populi*, pelos média, pelos cidadãos, pela governação e, não menos importante, pelos próprios agentes da segurança (também eles atores sociais). Este entendimento precede a aceitação social do policiamento. A edificação de um capital de confiança é, portanto, decisiva para a aplicação de qualquer política securitária e para a sua legitimação pela sociedade (Tankebe, 2013).

A consagração político-normativa de uma estatística securitária carece de ser confirmada, redundantemente, pela comunidade e pelos seus integrantes, de modo a acoirar o seu apoio e consentimento informado. Mais do que um propósito de (ciência de) informação e de pura partilha conhecimento científico, trata-se de uma obrigação dos servidores de segurança em se apresentar e dar a conhecer aos seus concidadãos (Le Coadic, 2004).

Esperta para estas frangibilidades angulares, a PSP, por intermédio do ICPOL do ISCPSI, tem afirmado numerosos empreendimentos para fazer chegar informação à *Academia*, ao grande público, aos diferentes setores da sociedade e a figurinos nacionais e estrangeiros.

Neste conspecto, as feiras do livro são uma preexcelente oportunidade para a divulgação popular do conhecimento concebido, com propriedade, pelas ciências policiais nos domínios securitários e nos estudos de segurança. Ao participar nesses eventos da sociedade civil, a PSP – a única organização do espectro da segurança interna e da defesa nacional apetrechada com um centro de investigação conceituado pela FCT – disponibiliza estudos, teses, livros, informações e outras elaborações formais alusivas às Ciências Policiais aplicadas junto da população em geral, visando a livre e ecuménica promoção da consciencialização pública sobre as polémicas e sofisticadas da segurança. E esta propriedade original tem de ser evidenciada.

Buscando chegar ao grande público, a Polícia Portuguesa tem correspondido a vários convites e iniciativas culturais um pouco por todo o país, participando, desde há vários anos a esta parte, em diversos certames literários, como a Festa do Livro de Belém e as Feiras do Livro de Lisboa, de Coimbra, de Aveiro e, pela primeira vez em 2023, no Funchal, Região Autónoma da Madeira. Imbrincada na lógica vitruviana de serviço público, de inspiração humanista, a editora do ISCPSI tem investido na proximidade e na interação comunitária, contando, para esse efeito, com o imprescindível apoio do poder central e local e, naturalmente, do dispositivo territorial da PSP – os Comandos Metropolitanos, Regionais e Distritais – peças vivas do tabuleiro de segurança nacional.

Fazendo justiça à expressão “a polícia é o público e o público é a polícia”, da autoria de Sir Robert Peel, o mítico fundador da Polícia Metropolitana de Londres (Lentz & Chaires, 2007; Rolim, 2009, p. 70), muito se tem feito na derruição do algoritmo repressivo Estado-Novista e na construção de um novo concebimento da polícia, a montante e jusante das corporações policiais contemporâneas.

De igual forma, o triunvirato PSP/ISCPSI/ICPOL ampliou a sua rede de contatos internacionais no campo das ciências e da cooperação policial, firmando uma parceria inédita com o L'Institut des hautes études du ministère de l'Intérieur (IHEMI), uma das notáveis instituições do sistema de segurança interna do Estado Francês, com o qual Portugal mantém especiais relações. Embrenhando-se num esforço colaborativo, os centros de investigação do ISCPSI e do IHEMI têm desenvolvido, com enorme dinamismo, projetos de I&D e outros produtos inovadores, cujos resultados estão a ser publicados em revistas científicas de especialidade securitária, quer em Portugal, quer em França. Fruto desta salutar reciprocidade, em dezembro de 2022, a edição n.º 67 da Lettre d'information sur les Risques et les Crises publicou o artigo intitulado *Le Réseau d'officiers de Liaison du Portugal : La Mondialisation de la Diplomatie Policière*, da autoria do subscritor. E, por sua vez, o presente número da Politeia – Revista Portuguesa de Ciências Policiais é a prova viva desse estreitamento interinstitucional e do intercâmbio de conhecimento entre os universos de expressão luso-francófona, ao acolher a publicação de artigos da autoria de reputados investigadores do IHEMI e que adiante discorreremos com maior singularidade.

Neste ensejo, impõe-se uma justa homenagem à Cheila Duarte-Colardelle, a grande embaixadora deste empreendimento luso-francês. Nas palavras de Walter Bagehot, “Le plus grand plaisir dans la vie, c'est de faire les choses que les gens disent impossibles”.

Ainda neste quadro colaborativo internacional, o vínculo sináptico entre a PSP/ISCPSI/ICPOL e a Agência da União Europeia para a Formação Policial (CEPOL) tem revestido importância angular. A assunção pela direção do ICPOL da função de Correspondente Nacional para a Investigação e Ciência junto desta rede europeia, tem potenciado uma riquíssima permutação de conteúdos, conhecimentos, experiências e relacionamentos institucionais com muitas organizações policiais, ateneus, universidades e polos de investigação.

A dimensão externa da segurança interna consubstancia, neste exame, uma interoperabilidade transversal da contextura policial ao nível da formação, educação, ensino superior universitário e investigação científica, congregando as múltiplas conseqüências numa teia científico-policial homogênea, apesar de multifacetada e polissêmica (Andreas & Nadelmann, 2008).

O diálogo e a cooperação, nas suas múltiplas vivacidades e dimensões, são, para nós, o caminho a ser trilhado e consolidado, neste e noutros domínios, tendo sempre por horizonte a maior interligação com o coletivo

dos cidadãos – nacionais, internacionais e mundiais –, na congruência do pensamento de Plutarco.

Esta constitui a suma aspiração e legado que confiamos passar aos futuros custódios desta editora e aos porvindouros dirigentes da unidade de ID&I da *Domus Vigilum Scientiarum* (Casa das Ciências Policiais).

II. Partindo desta arrojada declaração do ICPOL do ISCPSI, como emissário das ciências policiais junto da comunidade ecuménica de interessados, concentramo-nos, por ora, na elucidação do *Corpus* da presente edição da nossa Revista Portuguesa de Ciências Policiais.

Pela letra do estudo desenrolado por Pedro Sousa, recaímos numa aturada reflexão sobre ‘As competências da Autoridade de Polícia Criminal: contributos para a sua densificação funcional’, a qual, partindo das raias da estratégia-quadro da PSP, centra-se nos subsídios para uma cultura de sublimidade do serviço policial, fundamentada na transparência, na legalidade e no esguardo pelos direitos, liberdades e garantias constitucionais. Na seqüela de uma integração histórica, o autor advogou, criticamente, o carecimento de uma maior conciliação da atividade processual penal, máxime da investigação criminal, por via do acompanhamento metódico, controlo e concatenação, permanente e fluída, com o domínio judiciário, alicerçada em ideais de confiança e reciprocidade.

Sucedem-se duas inéditas colaborações de investigadores franceses do IHEMI e que transpõem a universalização desta revista científica.

A primeira, pela conspeção de Pierre-Alain Clément, correlaciona os meandros teóricos e seus efeitos empíricos da prática de desporto por parte de atores violentos. A peça, intitulada ‘A injunção ao desporto na comunicação das organizações jihadistas’, perlustra, quantitativa e qualitativamente, uma coletânea de 5600 páginas identificadas em revistas e guias jihadistas que recrutam, de modo sub-reptício e numa base teológica estreita, latentes ativistas digitais, suscetíveis de aderir a práticas de terror.

A segunda contribuição, da lavra de Noura Ouerghi, discorre sobre ‘A evolução da sindicalização dos soldados da paz e dos oficiais superiores até 2030’, sobrelevando a expressiva taxa de sindicalização policial e a sua representação no diálogo gestor das carreiras junto da governação, com reflexos marcantes nas carreiras dos agentes da polícia, sobretudo em matéria de transferências, promoções e progressões.

Prosseguimos, com uma reflexão, de grande atualidade, sobre o tema ‘A relação entre Stress operacional/organizacional, Burnout e Ideação Suicida

nas Forças Policiais’. O consórcio arrumado por Rute Pereira, António Leitão da Silva, Sérgio Felgueiras e Cristina Queirós espiga, assim, um exercício compreensivo sobre a saúde mental no trabalho policial, com perspetivação nas interdependências entre o stress operacional/organizacional, o burnout e a ideação suicida em polícias.

Alfim, apresentamos o artigo intitulado ‘Up-Mind: um programa de treino para otimização de competências de grupos de operacionais de polícia’, corolário da colaboração de Maria Luís Mendes, Ana Patrão, Fernando Passos, Jorge Silva, Paulo Lucas, António Malheiro, Francisco Fonseca, Anabela Pereira e de Cristina Queirós. Encorpado por membros da Divisão de Psicologia da PSP, este ensaio preleciona sobre a problemática da exposição dos polícias a circunstâncias potencialmente traumáticas e stressantes, conjugando-a com a implementação de um programa inovador de adestramento de competências de autorregulação, através do biofeedback (BFB). Concebido para promover a saúde física e psicológica dos polícias, este plano contribui para a relação instituída entre a conduta operacional e a réplica psicofisiológica.

A edição de 2023 da Politeia termina com um novo constituinte na sua ordenação. Reportamo-nos à secção intitulada TESTEMUNHO e que visa acolher contributos concisos de notabilidades de referência para a segurança. Este espaço único, dedicado à livre interlocução entre o público, a polícia e a comunidade científica, fortifica a abertura e o acolhimento de opiniões, pontos de vista e assertos sobre o policiamento e os seus ativos, abarcando visões criticantes e diversificando posicionamentos. É através da dialética – o caminho entre as ideias – que se erigirá o futuro da seguridade e dos seus custódios.

Estreamos este segmento com ‘Une Vue D’IHEMI’, a testificação de Éric Freysselinard, Prefeito e Diretor do IHEMI. De seguida, oferecemos o testemunho de Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim, Conselheiro de Estado e anterior Presidente do Governo da Região Autónoma da Madeira (1978-2015), que apresenta ‘Uma reflexão sobre a PSP no Estado Democrático Português’.

III. Aqui chegados e nas vésperas do vigésimo aniversário do ICPOL, resta-nos agradecer aqueles que se penhoraram no desenvolvimento desta unidade de ID&I ímpar em Portugal, desde logo, os diretores que nos precederam, Intendente Manuel Valente e Intendente Nuno Poiares, e, ao mesmo nível, o coordenador científico do ICPOL, Professor Doutor Paulo Machado. *Luceat lux vestra.*

Distinguimos, identicamente, todos os que concorreram para a concretização do corrente número da Politeia, quer seja com artigos científicos e testemunhos, quer com os labores editoriais, organizativos e gráficos. O vosso ânimo, perseverança e intrepidez, resplandece uma genuína ode às Ciências Policiais que, em Portugal, assinalaram os seus 40 anos de coerente medrança.

Ad Orbem Per Scientia

ROBERTO NARCISO ANDRADE FERNANDES

Intendente da Polícia de Segurança Pública

Diretor do ICPOL – Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna; Lisboa

Correspondente Nacional para a Investigação e Ciência junto da Agência da União Europeia para a Formação Policial (CEPOL)

 <https://orcid.org/0000-0002-3649-8694>

DOI: <https://doi.org/10.57776/9pcd-fs81>

Bibliografia

- Andreas, P., & Nadelmann, E. (2008). *Policing the globe: Criminalization and crime control in international relations*. Oxford University Press.
- Bauman, Z. (2007). *Vida líquida*. Schwarcz-Companhia das Letras.
- Gonçalves, G. R. (2012). Polícia, ordem pública e 'novas' formas de vigilância: as dinâmicas e os dilemas da segurança. *Análise Social*.
- Gonçalves, G. R. (2023). *Fardados de Azul: Polícia e cultura policial em Portugal, c. 1860-1939*. Tinta da China.
- Le Coadic, Y. F. (2004). *A ciência da informação*. Briquet de Lemos.
- Lentz, S. A., & Chaires, R. H. (2007). The invention of Peel's principles: A study of policing 'textbook' history. *Journal of criminal justice*, 1(35), pp. 69-79.
- Rolim, M. (2009). *A síndrome da rainha vermelha. Policiamento e segurança pública no século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Tankebe, J. (2013). Viewing things differently: The dimensions of public perceptions of police legitimacy. *Criminology*, 1(51), pp. 103-135.